

*Handwritten signature and initials*

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2022



A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação e aprovação de V. Exa. e restantes irmãos o Relatório de atividades e Contas de Gerência relativo ao exercício do ano de 2022.

Mais do que uma mera apresentação de resultados, realçamos o esforço de nortear a nossa ação de acordo com os objetivos estratégicos previamente definidos. É de ressaltar o empenho de todos os colaboradores e órgãos sociais em concretizar estes objetivos no dia-a-dia desta instituição.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Lourinhã, Março de 2023

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Handwritten text and signature:  
Handwritten: Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã  
Handwritten: João António de Sousa Campos  
Handwritten: Diretor Geral  
Signature: João António de Sousa Campos

M/JP  
[Handwritten signature]

## Relatório de Atividades e Contas 2022

O presente relatório procura refletir, da forma mais fiel possível, o desempenho da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã ao longo do ano de 2022, no cumprimento da sua Missão, Visão e Valores.

Apresentam-se as três verbas resultantes da atividade deste exercício, comparativamente ao ano anterior.

Considerando que a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã encerrou as contas relativas ao exercício de 2022 com um resultado líquido negativo de **247,914.28€**, propõe-se que esse montante seja integralmente transferido para a conta "Resultados Transitados".

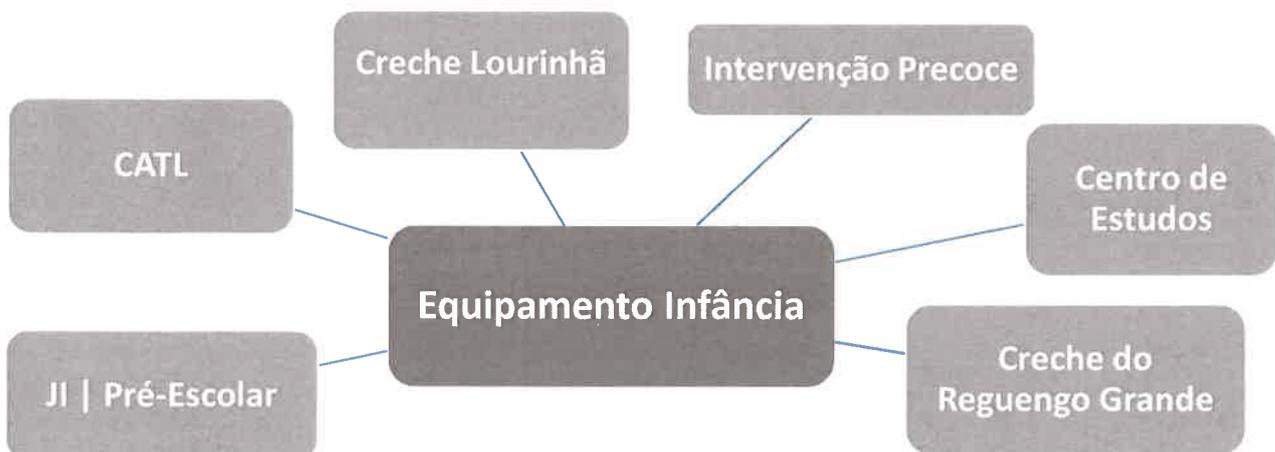


M/JP  
[Handwritten signature]

## Atividades Desenvolvidas nas Respostas Sociais

Durante o exercício de 2022, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã desenvolveu a sua atividade no âmbito das várias respostas sociais, cumprindo os princípios orientadores da sua Missão, Visão e Valores, e reforçando o seu papel enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social de referência no concelho.

No domínio da **Infância e Juventude**, as respostas de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), Centro de Estudos e Intervenção Precoce asseguraram a prestação de cuidados educativos e de apoio às crianças e jovens, promovendo o seu desenvolvimento integral em contextos seguros, afetivos e pedagogicamente estruturados. As atividades foram desenvolvidas em conformidade com os normativos legais e orientações técnico-pedagógicas em vigor, sempre com foco na participação ativa das famílias e na articulação com a comunidade educativa.



Na **área dos Idosos**, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã manteve em funcionamento o Lar de Idosos, assegurando uma resposta residencial de qualidade, orientada por princípios de cuidado centrado na pessoa. Foram prestados serviços integrados de apoio médico, enfermagem, cuidados pessoais, alimentação, animação sociocultural e ocupacional, promovendo o bem-estar, a segurança e a dignidade dos utentes.

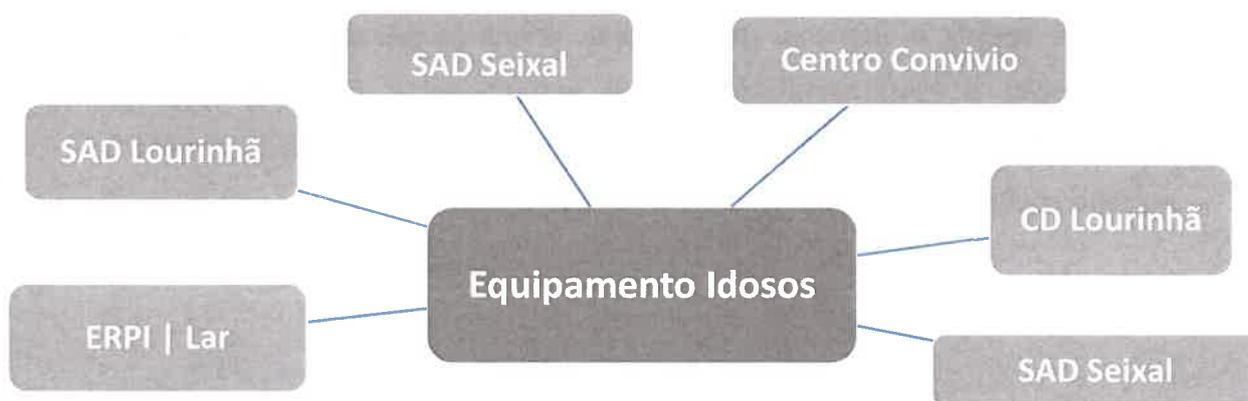
O Serviço de Apoio Domiciliário manteve-se como uma resposta essencial para a promoção da autonomia e permanência dos utentes no seu meio habitual de vida, sendo um serviço de proximidade crucial, assegurando a prestação de cuidados individualizados no domicílio dos utentes. Foram prestados cuidados

M/2  
[assinatura]

O Serviço de Apoio Domiciliário manteve-se como uma resposta essencial para a promoção da autonomia e permanência dos utentes no seu meio habitual de vida, sendo um serviço de proximidade crucial, assegurando a prestação de cuidados individualizados no domicílio dos utentes. Foram prestados cuidados nas áreas da alimentação, higiene, medicação, entre outros, com especial atenção ao acompanhamento afetivo e social.

No Centro de Dia, continuámos a oferecer um espaço de convívio, ocupação e acompanhamento diário para pessoas idosas, promovendo a socialização, a prevenção da solidão e o apoio às famílias. As atividades foram pensadas para estimular a participação ativa dos utentes, o envelhecimento saudável e a manutenção das suas capacidades.

No final do ano de 2022, verificou-se ainda a integração formal das respostas sociais de Centro de Dia, Centro de Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), anteriormente geridas pelo Centro Social e Paroquial da Lourinhã que se encontrava em situação de rutura funcional e administrativa. Esta transição implicou a transferência de todos os recursos humanos afetos às referidas respostas sociais, garantindo-se a continuidade dos serviços prestados à população e a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e utentes. A Santa Casa assumiu, assim, a responsabilidade pela reorganização e estabilização dessas respostas, integrando-as plenamente na sua estrutura organizacional e operacional, com o objetivo de assegurar a qualidade e sustentabilidade dos serviços.





A Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, no decurso do ano de 2022, prosseguiu a sua intervenção social, assegurando a continuidade e o reforço de respostas essenciais orientadas para a mitigação das situações de vulnerabilidade socioeconómica da população, em alinhamento com os princípios da solidariedade, dignidade humana e promoção da coesão social.

A **Cantina Social** manteve-se como uma resposta determinante no combate à insegurança alimentar, tendo proporcionado refeições diárias confecionadas e nutricionalmente adequadas a indivíduos e famílias em situação de carência económica e/ou exclusão social. Esta resposta funcionou em estreita articulação com os serviços de ação social, garantindo uma atuação eficaz, célere e adaptada às necessidades identificadas.

Paralelamente, a Instituição deu continuidade ao **Apoio Alimentar**, através da distribuição regular de bens alimentares a agregados familiares sinalizados por entidades parceiras ou acompanhados diretamente pelos serviços sociais da Santa Casa. Esta resposta foi viabilizada no âmbito de programas de apoio alimentar, bem como por meio de parcerias locais e donativos, assegurando a equidade no acesso e a transparência nos critérios de atribuição.

Para além das respostas formalmente protocoladas, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã desenvolveu diversas ações no âmbito da Irmandade, com especial enfoque na dinamização de iniciativas de cariz religioso, em consonância com os princípios fundacionais da Instituição.

Em suma, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã manteve, em todas as respostas sociais e serviços, uma atuação orientada por princípios de rigor, humanização e responsabilidade social, garantindo a resposta eficaz às necessidades da comunidade e contribuindo ativamente para a coesão e inclusão social no território.

*Handwritten signature and initials*

# Demonstrações Financeiras



*Handwritten signatures and initials:*  
M/S  
J...  
P...

## Demonstração de Resultados

Página 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2022	31 Dez 2021
Vendas e serviços prestados		1 146 333,03	995 259,17
Subsídios, doações e legados à exploração		1 392 537,36	1 207 983,97
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		( 265 853,74)	( 173 346,55)
Fornecimentos e serviços externos		( 442 807,36)	( 447 334,35)
Gastos com o pessoal		( 2 037 238,69)	( 1 816 291,05)
Outros rendimentos		96 257,05	111 534,29
Outros gastos		( 47 382,76)	( 21 703,31)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>( 158 155,11)</b>	<b>( 143 897,83)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		( 82 828,68)	( 79 226,34)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 240 983,79)</b>	<b>( 223 124,17)</b>
Juros e gastos similares suportados		( 6 930,49)	( 6 024,36)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 247 914,28)</b>	<b>( 229 148,53)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 247 914,28)</b>	<b>( 229 148,53)</b>



ML  
JAL  
CP  
AP

## Balanço

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2022	31 Dez 2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		3 041 658,55	3 000 485,74
Ativos intangíveis		22 428,80	280,90
Outros investimentos financeiros		13 125,91	8 558,13
		<b>3 077 213,26</b>	<b>3 009 324,77</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		12 952,94	11 042,71
Clientes		42 147,27	29 241,78
Estado e outros entes públicos		1 518,47	1 887,91
Outros créditos a receber		141 571,28	129 995,50
Diferimentos		10 325,77	3 522,49
Ativos não correntes detidos para venda		72,28	102 524,96
Caixa e depósitos bancários		137 755,01	12 509,53
		<b>346 343,02</b>	<b>290 724,88</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3 423 556,28</b>	<b>3 300 049,65</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito		91 576,84	91 576,84
Resultados transitados		- 650 236,89	- 421 088,36
Excedentes de revalorização		566 812,30	566 812,30
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		2 230 458,18	2 218 213,03
		<b>2 238 610,43</b>	<b>2 455 513,81</b>
Resultado líquido do período		- 247 914,28	- 229 148,53
		<b>1 990 696,15</b>	<b>2 226 365,28</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1 990 696,15</b>	<b>2 226 365,28</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		232 176,08	172 203,11
Estado e outros entes públicos		296 591,60	45 946,14
Financiamentos obtidos		442 719,73	403 446,44
Outras dívidas a pagar		397 105,51	414 963,24
Diferimentos		64 267,21	37 125,44
		<b>1 432 860,13</b>	<b>1 073 684,37</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 432 860,13</b>	<b>1 073 684,37</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>3 423 556,28</b>	<b>3 300 049,65</b>

## Demonstração Fluxos de Caixa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 102 584,46	981 358,70
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-539 860,48	-461 641,51
Pagamentos ao pessoal		-1 328 928,92	-1 140 286,84
Caixa gerada pelas operações		-766 204,94	-620 569,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 330 459,68	533 658,16
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		564 234,74	-86 911,35
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-62 908,76	-68 501,41
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-5 038,89	-3 761,35
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		471,11	67,86
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-67 476,54	-92 193,80
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		58 420,00	297 500,00
Realização de fundos		12 245,15	46 561,23
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-446 831,58	-159 977,69
Juros e gastos similares		-45 463,10	-9 419,10
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-421 609,53	174 664,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		75 188,67	-4 442,91
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 509,53	16 952,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		87 678,20,54	12 509,53

*ML/SA*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## Parecer do Conselho Fiscal



Santa Casa da Misericórdia de Lourinhã	 Santa Casa da Misericórdia de Lourinhã
Parecer do Conselho Fiscal 2022	

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, reunido em sessão Ordinária no dia 27 de março de 2023, deliberou, nos termos do ponto 1, alínea a) do artigo 31.º do respetivo Compromisso, emitir o seu parecer sobre as contas de gerência respeitantes ao ano de 2022.

Constata-se, e sentimos a obrigação de comunicar à Assembleia, que a contabilidade desta Instituição continua a estar muito bem organizada e seguindo as regras exigidas.

Verificou-se que foram extraídos mensalmente balancetes e juntos os respetivos extratos de Contas. Verificamos também que as contas foram verificadas por um Revisor Oficial de Contas, tendo-nos sido facultados a Declaração do Órgão de Gestão.

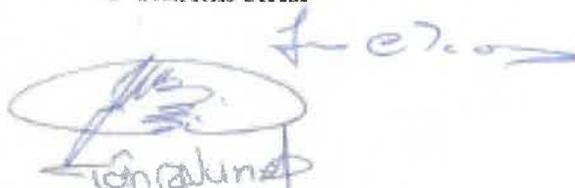
Todas as receitas e despesas encontram-se devidamente documentadas, achando-se os respetivos documentos arquivados em pastas próprias e de fácil consulta.

O Conselho Fiscal informa que o saldo apresentado nos respetivos balancetes e mapas, é transparente e elucidativo.

Pelos fatos acima expostos, o Conselho Fiscal propõe à Assembleia que o relatório e as contas apresentadas, sejam aprovados.

O Conselho Fiscal propõe à Assembleia, um voto de louvor à mesa e também a todos os funcionários desta Instituição, pelo empenho e dedicação demonstrado no seu trabalho.

O Conselho Fiscal



Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Conselho Fiscal'.



# **Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã**

**Anexo**

**31 de dezembro de 2022**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	17
6	Ativos Intangíveis .....	19
7	Ativos não correntes detidos para venda .....	20
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	20
9	Inventários .....	21
10	Rédito .....	21
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	21
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	21
12	Imposto sobre o Rendimento .....	22
13	Benefícios dos empregados .....	22
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	23
15	Outras Informações.....	23
15.1	Investimentos Financeiros .....	23
15.3	Clientes e Utentes .....	23
15.4	Outras contas a receber .....	23
15.5	Diferimentos .....	24
15.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	24
15.8	Fundos Patrimoniais.....	24
15.9	Fornecedores .....	24
15.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	24
15.11	Outras Contas a Pagar.....	25
15.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	25
15.14	Fornecimentos e serviços externos.....	25
15.15	Outros rendimentos.....	26
15.16	Outros gastos .....	26
15.17	Resultados Financeiros.....	26
15.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	27

*[Handwritten signature]*  
rc  
*[Handwritten signature]*

## 1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, com sede no Largo Mestre Anacleto Marcos da Silva, 2530-124 Lourinhã, é uma pessoa coletiva devidamente registada, a título definitivo, na Direção-Geral da Segurança Social desde o dia 2 de outubro de 1984. O respetivo registo consta no Livro 01 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 18/84, nas folhas 172 e respetivo verso, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

Atualmente, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolve a sua atividade no concelho da Lourinhã através de seis equipamentos, oferecendo respostas e serviços nas áreas da infância e juventude, pessoas idosas, comunidade e família, e saúde.

A Instituição mantém, igualmente, protocolos de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), bem como com o Banco Alimentar Contra a Fome.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

**2.1 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas** e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

**2.2 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2022.

**2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2022.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4
Outros Ativos Intangíveis	3 - 4

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### 3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são

dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.6 Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constante do Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desconhecido dos investimentos financeiros, aquando do seu reembolso.

A Lei nº 3/2023, de 3 de abril, veio introduzir alterações relativamente aos Fundos de Compensação, suspendendo assim algumas obrigações que a Lei 70/2013 impõe aos empregadores, entre as quais, o término das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e a suspensão para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

### 3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados

incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração

e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a

receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.11 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### 3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Museu

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>1 000 000,00</b>					<b>1 000 000,00</b>
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00

Museus	1 000 000,00					1 000 000,00
Ativos fixos tangíveis em curso	128 154,20	94 829,30				222 983,50
<b>Total</b>	<b>1 128 154,20</b>	<b>94 829,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 222 983,50</b>

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>1 000 000,00</b>					<b>1 011 753,88</b>
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	1 000 000,00	11 753,88				1 011 753,88
Ativos fixos tangíveis em curso	222 983,50	48 915,18				271 898,68
<b>Total</b>	<b>1 222 983,50</b>	<b>60 669,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 283 652,56</b>

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	188 746,91					188 746,91
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	2 678 922,46	7 964,25				2 686 886,71
Equipamento básico	553 318,59	2 731,60				556 050,19
Equipamento de transporte	144 083,33					144 083,33
Equipamento administrativo	38 530,67	3 539,40				42 070,07
Outros Ativos fixos tangíveis	30 919,70					30 919,70
Ativos fixos tangíveis em curso	77 380,00					77 380,00
<b>Total</b>	<b>3 713 883,19</b>	<b>14 235,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 728 118,44</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						

Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	1 157 387,88	61 374,63				1 218 762,51
Equipamento básico	515 679,95	12 112,33				527 792,28
Equipamento de transporte	137 443,91	1 732,02				139 175,93
Equipamento administrativo	36 726,60	762,07				37 488,67
Outros Ativos fixos tangíveis	22 920,22	2 495,06				25 415,28
<b>Total</b>	<b>1 872 140,09</b>	<b>78 476,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 950 616,20</b>
					<b>Total Líquido</b>	<b>1 777 502,24</b>

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	188 746,91					188 746,91
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	2 686 886,71	1 887,98				2 688 774,69
Equipamento básico	556 050,19	30 317,14				586 367,33
Equipamento de transporte	144 083,33	25 420,00				169 503,33
Equipamento administrativo	42 070,07					42 070,07
Outros Ativos fixos tangíveis	30 919,70					30 919,70
Ativos fixos tangíveis em curso	77 380,00	4 485,21				81 865,21
<b>Total</b>	<b>3 728 118,44</b>	<b>62 110,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 790 228,77</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	1 218 762,51	57 871,12				1 276 633,63
Equipamento básico	527 792,28	11 924,20				539 716,48
Equipamento de transporte	139 175,93	7 557,44				146 733,37
Equipamento administrativo	37 488,67	1 802,62				39 291,29
Outros Ativos fixos tangíveis	25 415,28	2 451,20				27 866,48
<b>Total</b>	<b>1 950 616,20</b>	<b>81 606,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 032 222,78</b>
					<b>Total Líquido</b>	<b>1 758 005,99</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	1 107,00					1 107,00
<b>Total</b>	<b>5 379,41</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 379,41</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	3 241,28	750,23				3 991,51
Outros Ativos intangíveis	1 107,00					1 107,00
<b>Total</b>	<b>4 348,28</b>	<b>750,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 098,51</b>
<b>Total Líquido</b>						<b>280,90</b>

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	1 107,00	23 370,00				24 477,00
<b>Total</b>	<b>5 379,41</b>	<b>23 370,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28 749,41</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	3 991,51	280,90				4 272,41
Outros Ativos intangíveis	1 107,00	941,20				2 048,20
<b>Total</b>	<b>5 098,51</b>	<b>1 222,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 320,61</b>
<b>Total Líquido</b>						<b>22 428,80</b>

## 7 Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2022 a entidade tinha o seguinte bem detido para venda:

Prédio rustico C-98, valorizado por 72,28€

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	341 470,68	341 470,68	0,00	326 667,42	326 667,42
Loações Financeiras	1 172,24	0,00	1 172,24	1 867,08	0,00	1 172,24

Descobertos Bancários	50 000,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	50 000,00
<b>Total</b>	<b>51 172,24</b>	<b>341 470,68</b>	<b>392 642,92</b>	<b>51 867,08</b>	<b>326 667,420</b>	<b>378 534,50</b>

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	6 220,05	9 476,61		5 042,20	23 814,16	0,00	3 300,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 194,13	171 173,93	-10 675,46	6 000,51	245 468,32	-1 518,51	9 652,34
<b>Total</b>	<b>14 414,18</b>	<b>180 650,54</b>	<b>-10 675,46</b>	<b>11 047,71</b>	<b>269 282,48</b>	<b>-1 515,51</b>	<b>12 952,94</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			173 346,55				251 322,88

## 10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	27 126,00	24 399,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores, matrículas e mensalidades	1 118 859,03	970 572,17
Quotas e joias	348,00	288,00
<b>Total</b>	<b>1 146 333,03</b>	<b>995 259,17</b>
Rendimentos suplementares	3 893,55	13 600,00
<b>Total</b>	<b>1 150 226,58</b>	<b>1 008 859,17</b>

## 9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Ativos e Passivos contingentes

A Entidade não tem quaisquer ativos e passivos contingentes que devam ser divulgados.

## 11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Saldo Inicial 2022	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 2022
Centro Regional da Segurança Social	691 433,64		23 842,54	667 591,10
Câmara Municipal da Lourinhã	28 932,64		997,60	27 932,64
Câmara Municipal da Lourinhã-Museu	80 000,00			80 000,00
<b>Total</b>	<b>800 366,28</b>	<b>0,00</b>	<b>24 840,14</b>	<b>775 523,74</b>

Os Subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Subsídio à Exploração:	2022	2021
<b>I.S.S., IP</b>		
IGFSS	1. 192 700,30	989 531,17
Lay-Off	7 134,50	57 183,51
IAPMEI	6 720,00	2 492,75
Compensação salarial JI	82 551,44	65 238,96
Subsídio Funeral	1 472,92	1 924,16
Cantina Social	6 410,00	3 298,40
<b>I.E.F.P.</b>	<b>26 467,02</b>	<b>19 685,00</b>
<b>Outros Subsídios à Exploração</b>		
Câmara Municipal da Lourinhã / Freguesia Lourinhã e Reguengo Grande	53 335,89	19 028,44
Consignação IRS	2 362,65	1 300,35
Outros	10 000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 389 154,72</b>	<b>1 159 682,74</b>

## 12 Imposto sobre o Rendimento

Não se verificou imposto sobre o rendimento a pagar.

## 13 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

- Dr. <sup>a</sup> Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira – Provedora; aufero o valor de mensal de 565,00€

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de “120”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	6 780,00	6 780,00
Remunerações ao pessoal	1 651 499,52	1 480 799,17
Indemnizações	1 590,58	0,00
Encargos sobre as Remunerações	368 456,58	314 102,30
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 335,01	12 569,58
Gastos de Ação Social	1 577,00	2 040,00
<b>Total</b>	<b>2 037 238,69</b>	<b>1 816 291,05</b>

## 14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas à segurança social no valor de 270 478,09€.

## 15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Fundo de Compensação	13 125,91	8 558,13
<b>Total</b>	<b>13 125,91</b>	<b>8 558,13</b>

### 15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	42 147,27	29 241,78
<b>Total</b>	<b>42 147,27</b>	<b>29 241,78</b>

### 15.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos a Fornecedores	500,00	1 726,78
Pessoal	11 267,67	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	80 960,28	89 369,12
Outros Devedores	60 611,00	40 626,38
<b>Total</b>	<b>153 338,92</b>	<b>131 722,28</b>

### 15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Rendimentos a Reconhecer	64 267,21	37 125,44

### 15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	108,00	200,37
Depósitos à ordem	137 738,29	12 309,16
<b>Total</b>	<b>137 755,01</b>	<b>12 509,53</b>

### 15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em, 2022:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	91 576,84	0,00	0,00	91 576,84
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-421 088,36	0,00	-229 148,53	-650 236,89
Excedentes de revalorização	566 812,30	0,00	0,00	566 812,30
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 218 213,03	12 245,15	0,00	2 230 458,18
<b>Total</b>	<b>2 455 513,81</b>	<b>12 245,15</b>	<b>-229 148,53</b>	<b>2 238 610,43</b>

### 15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	232 176,08	173 979,89
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>232 176,08</b>	<b>173 979,89</b>

### 15.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas	0,00	0,00

Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 518,47	1 887,91
<b>Total</b>	<b>1 518,47</b>	<b>1 887,91</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	25 510,94	9 831,00
Segurança Social	270 478,09	35 775,73
Outros Impostos e Taxas	602,57	339,41
<b>Total</b>	<b>296 591,60</b>	<b>45 946,14</b>

### 15.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
	Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>		
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Outras operações	199,60	542,66
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>4 611,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>	<b>288 127,21</b>	<b>293 264,09</b>
<b>Outros credores</b>	<b>115 435,34</b>	<b>121 156,49</b>
<b>Total</b>	<b>408 373,15</b>	<b>414 963,24</b>

### 15.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 379 154,72	1 159 682,74
Subsídios de outras entidades	10 000,00	
Doações e heranças	3 382,64	48 301,23
<b>Total</b>	<b>1 392 537,36</b>	<b>1 207 983,97</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

### 15.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	204 200,51	211 228,92
Materiais	22 727,18	14 793,04
Energia e fluidos	121 531,53	132 316,11
Deslocações, estadas e transportes	2 523,16	1 861,60

Serviços diversos	93 032,31	87 134,68
<b>Total</b>	<b>444 014,69</b>	<b>447 334,35</b>

ML  
  


### 15.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	3 893,55	13 600,00
Descontos Pronto pagamento	32 319,90	960,72
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0.00	770,63
Rendimentos em investimentos não financeiros	17 547,32	31 136,74
<b>Outros rendimentos:</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	14 834,80	39 323,47
Subsídios ao Investimento		24 840,14
Falta de aviso prévio	2 310,40	836,10
Outros não especificados	25 351,08	66,43
<b>Total</b>	<b>96 257,05</b>	

### 15.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1 669,16	878,25
<b>Outros Gastos:</b>		
Correções anos anteriores	23 714,93	15 658,93
Donativos	125,00	125,00
Quotizações	1 397,38	1 771,39
Outros	920,40	920,40
<b>Total</b>	<b>45 463,10</b>	<b>18 308,57</b>

### 15.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	6 930,49	6 024,36

Outros gastos e perdas de financiamento	1 919,66	3 394,74
<b>Total</b>	<b>8 850,15</b>	<b>9 419,10</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-8 850,15</b>	<b>-9 419,10</b>

### 15.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa a 17 de março de 2023.

Lourinhã, 17 de março de 2023

O Contabilista Certificado

*António Augusto Pinto da Silva*

A Mesa Administrativa

*Vanda Oliveira*  
*Fernando Rui Correia Dias*  
*João António Silva Campos*  
*Marcos Luís Correia Aguiar*  
*[Assinatura]*

